

OBSERVAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA E DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Anita Helena Schlesener*

Introdução

A luta de classes que um historiador educado por Marx jamais perde de vista é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais (BENJAMIN, 1985, p. 224).

O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões sobre a luta de classes num momento de crise econômica mundial e de advento de uma pandemia que coloca a nu as chagas abertas pelo sistema capitalista no conjunto da sociedade. Ouve-se aqui e ali o comentário que este momento anuncia o fim do neoliberalismo, fato que consideramos difícil de ocorrer porque a força ideológica deste projeto econômico e político, na forma de individualismo exacerbado, se consolidou no senso comum e sufoca outras formas de concepção de mundo. Convencer os trabalhadores em geral de que a capacidade individual depende das determinações sociais e só tem chances de aflorar no âmbito de experiências coletivas, de forma que se faz necessário um novo modo de vida para salvar a humanidade, apresenta-se como um trabalho de Sísifo, longo e penoso de formação continuada.

Trata-se de um processo de educação que vai muito além das instituições educativas: para as classes subalternas a educação é um processo formativo que implica a compreensão de sua inserção social e sua organização política, tendo como horizonte a formulação e a construção efetiva da revolução. Esta pode ser formulada como “emancipação humana”, visto que o humano não tem valor na sociedade capitalista e é entendido também ele como “capital”.¹ Este é um dos desafios a enfrentar no século XXI: engendrar novas relações que se traduzam em uma nova educação e vice-versa, gerando as condições para a emancipação humana.

As ideias aqui esboçadas tem como pressuposto os pensamentos de Marx, Gramsci e Benjamin, no sentido que a educação das classes subalternas precisa ser projetada e controlada por estas mesmas classes, principalmente no que se refere à escola, porque a burguesia deixa que “os Ministros da Educação pública sejam escolhidos conforme os caprichos da

* Doutorado em História; Pós-doutorado em Educação (UNICAMP); Docente de filosofia política e de Estética da UFPR de 1976 a 2005; Docente do Mestrado e Doutorado em Educação da UTP. ORCID - <https://orcid.org/0000-0003-2768-5858>

¹ Pensamos aqui na teoria do “capital humano”.

concorrência política, pela intriga das facções, para alcançar o equilíbrio feliz dos partidos na composição dos gabinetes (GRAMSCI, 1975, p. 255).

A partir de nosso pressuposto teórico-metodológico, falar de educação implica economia e política e criticar o projeto da classe dominante. A crise econômica que se desenha na tragédia anunciada pode ser um momento importante de conscientização política dos subalternos até agora silenciados pela ideologia neoliberal articulada com o neopentecostalismo. Como acentua Mordenti (2007, p. 21), visto que as “massas raciocinam com a experiência” imediata, ao mesmo tempo em que a “história é mestra da vida”, trata-se de pensar e agir no sentido de evidenciar os conflitos que permeiam esta realidade, a fim de construir um novo sentido do social e do político.

Desta perspectiva, iniciamos com algumas notas sobre o neoliberalismo e a geopolítica mundial, na qual se insere a América Latina, a fim de acentuar as condições de barbárie que são vividas no cotidiano das classes subalternas e que tendem a se aprofundar com o avanço da pandemia. Em seguida, apresentamos algumas notas sobre as experiências de solidariedade que são vividas pelos oprimidos em várias situações, salientando a importância das organizações sociais voltadas para a questão agrária, como a via Campesina, que se apresenta na América Latina como uma forma potente de mudança estrutural das relações de produção, de educação e de novo modo de vida a ser construído no campo. Por fim, salientamos a importância da solidariedade como forma de resistência e de construção de novas relações sociais no interior do sistema capitalista, partindo das bases colocadas por Rosa Luxemburg em *Reforma ou Revolução*.

Concluimos com a importância da educação nas novas formas que esta assume no interior das lutas de classes. Partimos do pressuposto que a educação é sempre uma “formação política no âmbito da luta de classes”. Como acentuou Dias (2012, p. 14), o “nosso velho camarada Maquiavel dizia que virtude e fortuna formam o solo objetivo da política”, porém, “não basta apenas um programa político e saber quais as relações objetivas e as subjetivas em presença, mas como colocá-las em movimento consciente”.

Neoliberalismo e barbárie.

Enquanto houver ainda um mendigo, haverá também o mito (BENJAMIN, 2009, p. 505).

Inicialmente esclarecemos o que entendemos por luta de classes, a fim de explicitar as formas mais recentes de subalternidade que se efetivam na sociedade contemporânea. Uma das

formas de dominação se apresenta na ideia de uma ordem uniforme e universal, naturalizada no modo de pensar, cuja expressão mais clara é a crença em uma igualdade jurídica formal, que esconde as contradições e fissuras da realidade social, profundamente desigual e desumana. A base material da luta de classes se concretiza e se consolida com a formação do modo de pensar da maioria da sociedade: a ideologia dominante não é entendida como ideologia, mas como “projeto, teoria”, enquanto a visão de mundo do antagonista, esta sim é sempre entendida como ideologia, “nunca como projeto”. Assim, o “embate de projetos é apresentado como um choque entre a verdade (dos dominantes) e o erro (dos antagonistas)” (DIAS, 2012, p. 311).

Este modo de pensar pressupõe elementos como a naturalização da divisão entre dirigentes e dirigidos, entre os que comandam e os que obedecem, fruto de diferenças individuais e não de uma estrutura econômica e social que se alimenta da exploração do trabalho. Desta divisão nasce a ideia de que a política e a cultura são privilégios de intelectuais distintos e separados do povo, casta dirigente que pensa, mas não sente (GRAMSCI, 1978).

Losurdo (2015, p. 342) nos lembra que, para Simone Weil, a luta de classes só pode ser entendida como “enfrentamento entre os poderosos e ricos de um lado e os humildes e pobres do outro”. Representando a “causa da justiça e da emancipação estão sempre e somente os desprovidos de poder e de bens materiais – não existe luta de classes senão a partir da oposição”.

Uma luta que, no contexto da reestruturação capitalista que se apresenta no projeto neoliberal, assume a forma ideológica construída sobre um individualismo exacerbado e sobre a naturalização das desigualdades sociais, numa retomada quase literal dos pressupostos positivistas, de modo a fazer crer que “é suficiente (e absolutamente necessário) convencer que um outro mundo é impossível e mesmo impensável” (MORDENTI, 2007, p. 17).

A negação da liberdade dos subalternos na destruição das formas de solidariedade e vida coletiva; na implementação de formas agressivas de organização do trabalho; na destruição de todos os direitos sociais, torna-se a forma de relacionamento sustentado por uma concepção de mundo abstrata e irreal, que visa unicamente a acumulação intensificada da mais-valia.

Quanto ao neoliberalismo², muito se tem escrito sobre ele e nos restringimos apenas a algumas notas para explicitar a face agressiva do capitalismo neste início do século XXI. Trata-

² Há uma articulação profunda entre o neoliberalismo e o pensamento denominado pós-moderno (ver as propostas de Giddens ou dos teóricos da chamada “terceira via”), o que se verifica na experiência cotidiana dos subalternos a partir da formação político-ideológica que se efetiva cotidianamente por meio dos meios de comunicação de massa.

se de um projeto econômico, político e ideológico de reestruturação capitalista que se apresenta, na América Latina, como um processo de retomada das perspectivas colonialistas, que assumem agora a forma de controle geopolítico da parte dos Estados hegemônicos em disputa, com a conivência dos Estados nacionais.

A partir do estudo de base foucaultiana, de Dardot e Laval (2016, p. 38), intitulado *A nova razão do mundo*, o neoliberalismo se apresenta como um ideário que pretendia inicialmente resolver uma crise governamental que exigia a “intervenção política em matéria econômica e social”.

Para tanto, construiu-se um aporte teórico que se constituiu na “implantação geral de uma nova lógica normativa capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção”. Uma nova racionalidade política e social que se sustenta numa ideologia que se dissemina no senso comum, com a retomada de princípios conservadores e valores tradicionais em defesa da ordem instituída (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 190).

A base ideológica se constituiu pela necessidade de “uma mudança de comportamento”, obra de “técnicas e de dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação”, tanto econômico quanto social, cuja função era “obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição” e, mais recentemente, o empreendedorismo. Esta prática levou à instauração de uma *racionalidade* geral cuja expressão se faz sentir na vida cotidiana dos trabalhadores (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 193).

Os esclarecimentos dos autores sobre o caráter disciplinar desta nova política nos lembram as reflexões de Gramsci sobre o americanismo como estratégia de formação e de disciplina do comportamento da sociedade norte-americana a fim de viabilizar a implementação do fordismo. Naquele caso, tinha-se a implementação de um “novo mecanismo de acumulação e de distribuição do capital financeiro fundado imediatamente sobre a produção industrial” (GRAMSCI, 1978, p. 2140); na fase neoliberal analisada por Dardot e Laval (2016, p.191), o aporte teórico visa a garantir o funcionamento dos mercados no contexto da expansão financeira global, entrando “de imediato numa racionalidade global que permaneceu despercebida”.

Gramsci acentua que o americanismo, enquanto expressão ideológica do modo de produção fordista, com objetivos claros de racionalização do comportamento da população, utilizando-se do instrumental jurídico como forma de coerção política e da difusão da psicanálise como expressão das necessidades de “coerção moral advinda do aparato estatal e social sobre os indivíduos particulares” (GRAMSCI, 1978, p. 2.140).

Outros tempos os do neoliberalismo, com a financeirização da economia, mas a mesma estratégia de consolidação da hegemonia por meio de mudanças estruturais sob a máscara de pequenas reformas que mudam o cenário político e ideológico: assim como assinalam Dardot e Laval (2016, p. 190), é preciso que um novo costume renove as relações familiares, educacionais e de gênero, formando uma nova concepção de mundo que consolide as “regras de funcionamento do capitalismo” e os interesses de acumulação do capital.

Estas novas regras incluem a “instauração da norma mundial da concorrência”, que ocorre “pela conexão de um projeto político a uma dinâmica endógena, a um só tempo tecnológica, comercial e produtiva”, sedimentada em uma dimensão ideológica e disciplinar (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 194).

O crescimento do capital financeiro teve nas novas tecnologias o seu instrumento principal, apoiado no discurso da neutralidade científica, aliado a uma noção abstrata de gestão entendida como técnica instrumental, diretriz funcional de governo delimitada pela burocracia. Esta dimensão abstrata, administrativa e neutra da gestão esconde que toda ação política de Estado visa a concretizar um projeto político e social. A gestão não pode ser entendida como mera função “administrativa ou uma forma de paridade de poder no âmbito da estrutura de governo” (SCHLESENER, 2019, p. 375). Esta forma de definir a gestão, porém, torna possível a transposição de características da empresa para a própria gestão do Estado:

A homogeneidade dos modos de pensar, a semelhança dos instrumentos de avaliação e validação das políticas públicas, as auditorias e os relatórios dos consultores, tudo indica que a nova maneira de conceber a ação governamental deve muito à lógica gerencial predominante nos grandes grupos multinacionais (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 276).

Este ideário, que sustenta a prática neoliberal, coincide com a expansão das grandes corporações transnacionais que, na atual fase de financeirização do capital, tornaram-se os “novos Leviatãs” que concentram o conhecimento e o poder econômico controlando a política dos Estados nacionais de acordo com seus interesses de exploração e expropriação das classes trabalhadoras (BORON, 2001, p. 173).

Retomando Löwy (2008, p. 37), a luta pela liberdade, nos tempos atuais, não é individual, pela liberdade de expressão, de pensamento e de crítica, entre outras liberdades que o liberalismo defendeu como bandeira, é “contra uma outra forma de absolutismo: a ditadura dos mercados financeiros e da elite dos banqueiros e dos chefes de empresas multinacionais que impõem os seus interesses para o conjunto do planeta”.

O Estado torna-se instrumento de validação das políticas “vantajosas para as empresas e desvantajosas para os assalariados de seus países”, tudo em nome do “interesse nacional”, da

“segurança” do país. O “peso crescente dos organismos internacionais ou intergovernamentais” como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o Banco Mundial (BC), que orientam políticas nacionais como moeda de troca para grandes empréstimos, consolidam as práticas dos Estados nacionais (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 282).

É como se a disciplina neoliberal, que impõe retrocessos sociais a grande parte da população e organiza uma transferência de renda para as classes mais afortunadas supusesse um “jogo de máscaras” que possibilita que se jogue sobre outras instâncias a responsabilidade pelo dismantelamento do Estado social e educador mediante a instauração de regras de concorrência em todos os domínios da existência (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 282).

A imposição destas normas neoliberais na formação do senso comum tem como pressuposto a naturalização das relações sociais. As grandes corporações (econômicas ou estatais) não apresentam alguma preocupação com a civilidade, o bem-estar social ou mesmo com a existência das populações periféricas utilizando, em defesa dos seus interesses econômicos, as mais criéis formas de exploração e de expropriação.

Conforme Boron (2001, p. 174), as estratégias neoliberais unem “a exclusão – econômica, social e política – estruturalmente gerada pela recomposição neoliberal do capitalismo à decadência das instituições da democracia representativa”. Os defensores deste ideário não escondem que a democracia, enquanto participação popular consciente, torna-se um entrave para a expansão do capital.

A democracia é o pressuposto político para que a justiça social se efetive, o que se opõem aos interesses do mercado, que visa ao lucro e à constante acumulação de riquezas. Ao mercado interessa o “rendimento e não a igualdade”. Para o mercado a “justiça é uma incômoda distorção ‘extraeconômica’ que interfere no cálculo de custos e benefícios e que tem um efeito paralisante na dinâmica impiedosa dos mercados” (BORON, 2001, p. 182).

Esta dinâmica impiedosa e a cada dia mais violenta é o que denominamos barbárie, no sentido que lhe davam os antigos designando um estado de civilização primitiva no qual a crueldade, a brutalidade, a selvageria, eram a sua característica fundamental. Hoje a podemos definir como ausência de humanidade, pela prática de manutenção da hegemonia que implica inclusive a defesa da eugenia.

Neste sentido, falamos em barbárie moderna, num sentido retomado de Rosa Luxemburg, que citava a Guerra mundial como um exemplo de barbárie: a guerra civil na Síria, a destruição gradual da Palestina, os refugiados de guerra bloqueados e acampados nos limites da Europa, a fome grassando os povos da África, enquanto poucas famílias controlam cerca de

70% da riqueza mundial, são alguns exemplos contemporâneos; e, como coroamento da barbárie, a ascensão do fascismo em todos os cantos do mundo, liberando seus demônios: o ódio de classe, a xenofobia, a homofobia, a propaganda que traz implícita a aceitação do genocídio, o racismo e outras formas latentes de desumanidade.

Como acentua Engdhal, em seu livro *The lost hegemon: whom the gods would destroy* (2019), “o poder e a crueldade das elites, na disputa internacional e na ocupação de territórios, se manifesta de modo claro no objetivo, “neste início do século XXI, em reintroduzir uma nova era de trevas, superstições, medo, ódio, morte e destruição” (p. 249). Desta perspectiva, a aliança entre neoliberalismo e neofascismo reabilita posições políticas que pareciam superadas na história da modernidade. No Brasil tem-se uma burguesia extremamente ávida por dinheiro que se serve de políticas cruéis e massacrantes para manter seus lucros. Para esta classe, o ideal é um Estado que diminua ou exclua definitivamente as políticas sociais e se volte a proteger unicamente o mercado.

Embora os intelectuais da classe dominante tenham decretado a morte de Marx com o argumento de que o capitalismo mudou, encontrou novas formas de rendimento e de acumulação da riqueza independentes da força de trabalho, nos momentos de crise fica evidente que o capital não pode sobreviver sem criar novas formas de exploração e de expropriação do trabalho. Não fosse assim, não estariam buscando novas formas de contratação com o mínimo de custo pelo corte de direitos sociais, aplicando regamente a política de aumento da produtividade com baixo custo do trabalho.

O neoliberalismo se caracterizou como a consolidação do domínio do capital com a implementação de formas brutais de exploração econômica visando a acentuar a concentração de renda, com a conivência e a participação do Estado por meio da legislação e com a cumplicidade dos meios de comunicação de massa, formadores de opinião que ampliaram a dimensão ideológica deste projeto político. A “nova era de trevas” já está sendo vivida por um sistema destruidor da natureza e dos homens, que troca a vida pelo lucro, na violência do Estado na figura da polícia e dos cárceres, um Estado conivente e garantidor do projeto social e político vigente; a barbárie se apresenta nas mais variadas formas de violência e de aniquilamento que a sociedade capitalista inventou para se conservar e se reproduzir.

Espera-se que, na correlação de forças que caracterizam as lutas de classes, a esquerda latino-americana consiga resolver suas pendências históricas e reiniciar seu diálogo com as massas a fim de criar alternativas que viabilizem novas formas de vida. Como acentua Loureiro (2020), Rosa apresenta o “capitalismo como um câncer” que se alimenta da extração de valor “de todas as dimensões da vida, sobretudo do trabalho e da natureza”. Rosa reconhece a

especificidade histórica dos países coloniais, mostrando a sua necessidade para o próprio processo de acumulação capitalista, mas reconhecendo também as possibilidades de resistência que estes países podem apresentar, por sua história e por suas experiências de vida comunitária e com a natureza. Neste sentido, os movimentos camponeses que se organizam na América Latina têm muito a dizer e a ensinar, com suas “tradições comunitárias que podem ser revitalizadas no contexto da luta social moderna”, como o zapatismo, por exemplo (LOWY, 2009, p. 42).

Se para Rosa Luxemburg a barbárie de apresentava no aniquilamento produzido pela Primeira guerra Mundial, como sinal efetivo do fim de uma civilização, a barbárie nos tempos atuais se traduz no descaso na preservação da vida, na intenção genocida em relação a minorias como os indígenas, nos vários genocídios efetivados contra povos como os palestinos, os curdos e não investigados, na aceitação geral da imoralidade como “natural”, no absurdo de situações cotidianas que nos recordam os escritos de Kafka, que parecem uma premonição, uma antecipação do que estava por vir: na força mortífera do aparelho de Estado usado em defesa da propriedade privada dos meios de produção, no absurdo das guerras, na burocracia que transforma uma simples formalidade em um labirinto sem saída.

Resta-nos esperar que, na correlação de forças, se construam novas formas de resistência na América Latina, na sua diversidade populacional e de tendências teóricas, que se traduzem nos movimentos sociais que, aqui, nos limitamos a uma breve abordagem da questão agrária.

A questão agrária e os movimentos sociais.

A experiência de nossa geração: o fato que o capitalismo não morrerá de morte natural (BENJAMIN, 2009, p. 740).

O modo de produção capitalista necessita, para a sua reprodução ampliada, de renovar constantemente os meios de concentração de capital e a questão agrária constituiu-se, ao longo da história moderna, em um dos problemas centrais para o desenvolvimento ou para a estagnação econômica, conforme as formas de enfrentamento da questão que os países resolveram tomar. A grande concentração de rendas e a situação de calamidade que atinge as mais variadas populações pobres do mundo, o “aumento da pobreza absoluta nas áreas rurais” (CHOMSKY, 2002, p. 66), a falta de investimentos em infraestrutura sanitária, as novas formas de escravidão no trabalho, a exploração do trabalho infantil, são condições que podem gerar também novas formas de resistência.

Destas contradições e de sua constatação nascem os movimentos sociais, que se organizam em torno de demandas comuns como reformas dentro da ordem ou como questionadores radicais da ordem social vigente. Da vasta gama de movimentos sociais (trabalhadores urbanos ou rurais, movimento de mulheres, movimento cultural, ideológico, etc.), fazemos aqui algumas observações sobre os movimentos camponeses.

Na história da América Latina este tem sido um dos problemas recorrentes e com resistências e enfrentamentos diversos, conforme a especificidade de cada país. Um dos exemplos é o movimento zapatista em sua nova forma na atuação dos indígenas Chiapas nascido nas montanhas do México e tomando uma dimensão nacional na luta contra o neoliberalismo e em busca de alternativas possíveis para a construção de uma nova sociedade. Outro movimento popular se concretizou na Bolívia, levando ao poder o governo de Evo Morales. Lembramos ainda os sandinistas, na Nicarágua e, mais recentemente, o movimento chileno de resistência ao neoliberalismo.

No Brasil, temos a maior concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários; quando não improdutiva, a terra é explorada na forma da monocultura voltada para a exportação; pelas nossas características históricas de colonização e ocupação do território, o problema da existência de grandes latifúndios e de grande população de camponeses sem terra foi contornado ou, nas ocasiões de conflito, os camponeses foram violentamente reprimidos. Construiu-se aqui as bases para um capitalismo conservador, com uma economia alicerçada na concentração da propriedade privada da terra e manutenção do latifúndio, da estrutura familiar oligárquica, apoiado em políticas prevalentemente autoritárias, com poucos períodos de frágil democracia, que nunca enfrentou de frente a questão agrária.

O Estado, ao longo de suas políticas, tem atuado na conservação desta estrutura, incentivando a monocultura voltada para a exportação de alimentos e insumos para os países capitalistas do Norte. Os interesses sociais e o agravamento da miséria no campo geram as condições para conflitos e enfrentamentos entre proprietários e camponeses. Com a abertura política a partir de 1984 iniciou-se a organização de movimentos sociais pela reforma agrária que, ao longo das décadas seguintes, tiveram um significativo fortalecimento e expansão. Apesar disso o Brasil, em suas dimensões continentais, mantém sua estrutura fundiária sem alterações, sem que as elites compreendam a importância de uma reforma agrária para o próprio desenvolvimento do capitalismo.

A concentração fundiária continua avançando para a região norte, fato que pode ser evidenciado a partir dos dados do IBGE, que confirmam a disparidade na distribuição da terra: o IBGE (Censo Agro/2017) considera pequenas propriedades as que abrangem menos de 10

hectares, perfazendo um total de 48,2% das propriedades; as propriedades de 50 a 500 hectares perfazem 15% das propriedades (tamanho que consideramos já um latifúndio, embora o IBGE considere média propriedade). De 500 a 10.000 hectares correspondem a 2% dos estabelecimentos, ou seja, representam um número menor de propriedades, mas correspondem a uma dimensão maior da ocupação. Ainda conforme o Censo de 2017, houve um aumento de 5% da área ocupada em relação ao último censo de 2006, bem como uma diminuição de 8,8% de pessoas ocupadas nas atividades do campo. Houve também um aumento considerável da área dedicada a pastagens, com a destruição do serrado para a formação de pastagens e criação de gado para exportação. As áreas ocupadas no Mato Grosso se constituem em propriedades de 15 a 20 mil hectares, ou seja, novos grandes latifúndios, sendo que a ocupação avança, agora, para o interior da Amazônia.

Esta realidade é resultado do projeto político dos governos neoliberais que incentivam a transformação do latifúndio primitivo em grande empresa capitalista capaz de produzir em grande escala para responder as demandas internacionais por produtos agrícolas e insumos, como a celulose, que atrai multinacionais interessadas no plantio de eucalipto e de pinus, que hoje cobrem vastas extensões de terra cultivável. Trata-se de uma opção política que aprofunda a nossa subalternidade em relação ao capitalismo internacional, porque implica renúncia ao desenvolvimento industrial e tecnológico que estará condicionando o contexto geopolítico futuro.

A produção voltada para a monocultura de alimentos e insumos para a exportação, condicionada pelos interesses da economia internacional apresenta vários problemas, entre eles a exclusão social com a expulsão do homem do campo para as periferias urbanas. Esta opção política determina o curso das vidas dos trabalhadores do campo, que enfrentam o duplo desafio de criar as condições de disputa pela terra a partir de seus assentamentos e de defender atividades de produção diversificada e voltada para o consumo interno. Uma luta de gigantes em defesa das biodiversidades, do uso racional dos recursos naturais, da produção sem agrotóxicos, da comunidade solidária e voltada a uma experiência coletiva numa realidade na qual impera o individualismo exacerbado e a competição acirrada.

Esta luta vem de uma longa história de organização de movimentos espontâneos que se organizaram com outras motivações, como os movimentos messiânicos que tomaram forma em Canudos e no Contestado; lutas camponesas que tinham como pano de fundo superar as desigualdades sociais geradas pelo sistema fundiário. Foram movimentos que fracassaram a partir dos confrontos desiguais que redundaram em grandes massacres de camponeses e no fortalecimento do sistema fundiário e empresarial.

Outros movimentos populares de luta pela terra aconteceram ao longo da história brasileira, a espontaneidade desses movimentos foi sendo superada por tentativas organizacionais alimentadas por aportes teóricos diversos, mas sempre reprimidos pela força do Estado, em defesa das oligarquias e dos grandes proprietários (FERNANDES, 2000). O movimento camponês que há décadas vem se organizando no Brasil tem como projeto não somente conquistar um pedaço de terra, mas implementar um novo modo de vida a partir de uma nova forma de produção agrícola, agroecológica, com a aplicação de novas tecnologias de produção de alimentos que implicam uma nova relação com a natureza e com os outros.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) apresenta-se, na história brasileira, como um dos mais fortes e bem organizados movimentos pela reforma agrária unificando, desde a década de 60, as lutas pela terra. Reprimido durante a ditadura militar, organiza-se como movimento nacional a partir de 1984, encaminhando a partir daí a expansão organizada das ocupações por todo o país, tornando-se um movimento representativo das lutas dos trabalhadores rurais sem terra. Nas quase quatro décadas de existência o movimento se fortaleceu, tomou novas dimensões teóricas para adaptar seu projeto de sociedade aos interesses dos trabalhadores do campo, combinando seus ideais revolucionários com uma prática reformista capaz de alcançar resultados no interior das relações econômicas e sociais instituídas. Sua atuação ganhou visibilidade e mostrou que a questão da reforma agrária é um problema emergencial a ser resolvido pela sociedade brasileira, no caminho da recuperação da função social da terra.

Por seu lado, o MST alia-se ao movimento camponês internacional que se organiza na Via Campesina, que reúne diversos movimentos em países como a França e a Índia, organizações que traduzem condições específicas das lutas nacionais, mas que “se ajudam mutuamente, trocam experiências e atuam juntas contra as políticas neoliberais e contra seus adversários comuns”: os latifundiários, o agronegócio, os fabricantes de transgênicos e de agrotóxicos (LÖWY, 2008, p. 32-38).

A Via Campesina reúne os “povos da terra” para a construção de uma nova sociedade, a partir da articulação de movimentos na América Latina e Central, Europa, Canadá, Índia e outros. Nasceu formalmente em 1993 na Bélgica, após outros encontros preparatórios anteriores, num evento organizado pela “Paulo Freire Stichting (PFS)”, organização alemã cujo objetivo principal era iniciar um projeto de pesquisa internacional sobre políticas agrícolas alternativas, que fosse dirigido pelos próprios agricultores”. Porém, os dirigentes camponeses propuseram uma agenda muito mais ampla e rigorosa, defendendo principalmente uma

agricultura ecologicamente sustentável e voltada para a vida das sociedades (DESMARAIS, 2009, p. 103).

A Via Campesina e seus aliados apresentam-se como um forte movimento de resistência ao latifúndio, ao neoliberalismo na atuação dos Estados e às mudanças na estrutura da produção agrária e das comunidades rurais a partir da inserção de novas tecnologias de produção no campo e da submissão dos Estados nacionais às políticas e acordos internacionais. Defendem o direito dos pequenos agricultores de viverem no campo mostrando, na prática desses movimentos sociais nas últimas décadas, a importância social das pequenas propriedades rurais na produção de alimentos com base em uma agricultura ecologicamente sustentável.

Os movimentos camponeses em geral contestam as novas formas de expansão do capital e de dominação global defendendo desde reformas que respeitem os direitos sociais até a instauração de um novo mundo possível, com um novo modo de vida que respeite as diversidades naturais e culturais dos povos trabalhadores. O aporte teórico-metodológico de compreensão destes movimentos na América Latina tem uma forte influência do marxismo nas suas várias vertentes, mas outras tendências teóricas também contribuem para explicitar as forças sociais organizadas no campo, principalmente concentrando-se na questão cultural e ecológica, a fim de salientar as características específicas dos povos e de suas culturas e preservar suas diversidades.

Cabe acentuar que novas abordagens são relevantes para explicitar consequências da internacionalização da economia, da inserção de novas tecnologias de comunicação e a consequente interação das culturas. Isso, porém, não invalida as abordagens marxistas, a perspectiva da luta de classes, que assume novas dimensões com a implementação do neoliberalismo e as afirmações nihilistas do pensamento pós-moderno. Como acentua Boron (2001, p. 18), a “validade dos ideais e da utopia socialista se nutre diariamente das promessas não cumpridas do capitalismo e de sua impossibilidade estrutural para garantir o bem-estar das maiorias”.

As utopias expressam os sonhos de liberdade, ou seja, são “a negação radical da opressão” (DIAS, 2011, p. 103). Seu florescimento implica superar as aparências, que ocultam as formas de opressão e as contradições efetivas da realidade social e política e “apagam o antagonismo”, a luta de classes (DIAS, 2011, p. 105). E os trabalhadores são efetivamente derrotados no campo da ideologia.

Na realidade brasileira deste início de século XXI os movimentos camponeses, embora reduzidos em relação ao conjunto das classes trabalhadoras, são a força combativa que traz,

nas suas experiências, novas propostas organizativas que se sustentam em novos projetos de sociedade. Trata-se de mudar a sociedade por dentro, com lutas constantes e pequenas conquistas aqui e ali, que vão fortalecendo o movimento. Seu trabalho sistemático e disciplinado de assentamento e de produção diversificada tem apresentado resultados significativos e sua união tem tomado dimensões internacionais. Sua força de resistência se encontra tanto na forma de entender o trabalho quanto na solidariedade que praticam sistematicamente, podendo ser um ponto de unidade no enfrentamento das lutas de classes que podem emergir no futuro.

A solidariedade como forma de resistência

Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia pôs fim a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas [...] deixando como única forma de relação de homem a homem o laço frio do interesse, o insensível 'pagamento a vista' (MARX e ENGELS, 1978, p. 96).

Inicialmente precisamos esclarecer que a solidariedade se apresenta como um conceito polissêmico, sendo utilizado em contextos diversos, podendo ser associado ao conceito cristão de caridade ou ao conceito liberal de fraternidade, chegando ao limite da filantropia (mesmo na forma de atuação dos Rotarys Clubs). Em outros contextos adjetiva a noção de economia, no projeto alternativo de economia solidária. Para as classes trabalhadoras, este conceito se associa ao socialismo e à luta de classes, remetendo ao processo contínuo de formação e de participação coletiva no movimento social.

A solidariedade se vivencia no cotidiano e se aprende na escola. É uma forma de relacionamento que implica a preocupação com o outro, a coparticipação em ideais e sentimentos comuns que envolvem a consciência de pertencimento a uma classe social e a responsabilidade de todos em torno do que se quer e do que se busca. Nasce da compreensão de que a liberdade individual só se concretiza na reciprocidade com os outros, porque somente seremos livres quando todos o forem.

A solidariedade é fundada na experiência coletiva e reforça os laços entre os deserdados da terra, os que se encontram à margem da história e que Dostoievski denominava humilhados e ofendidos, alimentando a coragem de resistir e lutar. E a experiência concreta de luta se traduz em aprendizagem, como acentuava Rosa Luxemburg (1979): em alguns dias de greve geral os trabalhadores aprendem muito mais que em anos ouvindo discursos e apropriando-se de teoria.

A filosofia da práxis se concretiza na relação entre teoria e prática, sendo que é na própria prática que os movimentos compreendem o que significa o projeto de transformação radical da sociedade. A importância da filosofia da práxis está em acentuar que tudo é política e conseqüentemente tudo é história contemporânea (GRAMSCI, 1978), ou seja, a memória é essencial para a interpretação do presente. O historiador materialista, assim como o detetive, tem a função de buscar os rastros do passado no presente, trabalho que, se não for efetuado, nos relega à eterna repetição do mesmo. “É a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo de textura” (BENJAMIN, 1985, p.37).

A partir de Gramsci (1978), a filosofia da práxis se apresenta como a teoria que evidencia o contraditório da realidade e mostra como as ações coletivas dos grupos subalternos são a forma efetiva de resistência à dominação e, passado da espontaneidade para uma direção consciente, têm a maior relevância para a transformação da realidade. É na prática que os sujeitos se transformam transformando a sua realidade e abrindo novas possibilidades de convivência social.

Como acentua Lowy (2008), a proposta radical do movimento altermundialista, que agrega vários movimentos de resistência, muitos dos movimentos camponeses, se encontra em construir “um novo mundo possível”:

Não se trata simplesmente de corrigir os excessos do mundo capitalista/industrial e das suas monstruosas políticas neoliberais, mas de sonhar e de lutar por uma outra civilização, um outro paradigma econômico e social, uma outra forma de viver juntos no planeta (LOWY, 2008, p. 36).

Uma reorganização da sociedade que tenha como parâmetro de vida a valorização do humano em primeiro lugar e não do capital ou do lucro. Trata-se de criar novas alternativas para vencer o domínio do capital financeiro e das grandes corporações e superar todas as formas de desigualdade social (econômica e social, mas também racial, étnica, de gênero), a partir da vivência da solidariedade, da cooperação e do compartilhamento. Assim como dizem os Zapatistas: queremos “um mundo onde caibam os diferentes mundos”, queremos valorizar a diversidade (LOWY, 2008, p. 37).

Estas propostas, assim como a própria experiência de solidariedade, apresentam-se como os grandes desafios aos movimentos sociais, visto que ao menos desde a década de 1940 o individualismo e a competição se firmaram no imaginário social e se apresentam como barreiras que se pode transpor somente com muita disciplina e determinação. A implementação de relações de solidariedade implica a formação de uma nova concepção de mundo ou, na leitura de Marx, a superação das diversas formas de alienação.

Sabe-se que o conceito marxiano de alienação se funda na análise do modo como se organizam as relações de trabalho e se produzem os valores (de uso e de troca) no contexto do modo de produção capitalista, ou seja, no processo de produção e consumo de mercadorias. Destituído dos meios de produção, o trabalhador precisa colocar sua força de trabalho à venda no mercado e submeter-se aos seus determinantes. Pressupondo que econômico, social, político e ideológico se articulam, sendo determinados e determinantes entre si, tem-se o pano de fundo para a constituição do processo vital por meio do qual se constroem as relações sociais e as concepções de mundo. O ocultamento destas articulações e a necessidade de conviver com as formas econômicas e sociais de alienação é que nos tornam a todos alienados, mesmo aqueles que desenvolvem, a partir da convivência social, alguma forma de crítica (MARX, 1980).

O desafio se encontra precisamente em criar possibilidades de organização política, de consciência clara das determinações que nos caracterizam e de liberdade real no interior das relações alienadas e alienantes que constituem a nossa condição histórica. Viver relações de solidariedade implica compreender nossa situação social e criar no seu interior a possibilidade de um futuro de liberdade e igualdade, ou seja, semear no presente os germens do socialismo.

Viver a experiência da solidariedade significa instaurar entre os homens uma relação horizontal, recíproca, sem a divisão entre os que comandam e os que obedecem, característica da sociedade capitalista. Uma experiência que vai de encontro a tudo que se aprendeu e se viveu até então, um novo caminho que se cria na caminhada.

A experiência de solidariedade, como a propõe o socialismo ou os movimentos anarquistas que orientam alguns movimentos sociais, coloca em questão a democracia burguesa e o modo de organização do Estado moderno, parlamentar, que supõe a fragmentação do saber e a separação entre economia, política e ideologia. Da forma como democracia e Estado estão organizados no âmbito de uma sociedade profundamente desigual, a democracia apresenta-se como mera forma cujo conteúdo está muito distante da realidade efetiva e o Estado parlamentar apresenta-se como “um bloco funcional para a manipulação da opinião pública e da vontade coletiva” com o objetivo de salvaguardar a estrutura instituída (BURGIO, 2014, p. 338).

As novas práticas dos movimentos sociais, tornando a solidariedade e a experiência coletiva a forma de relacionamento e de pertencimento social apresentam uma força efetiva de transformação a ser incentivada e ampliada. Desta prática pode nascer uma nova forma de gestão política (que não pode ser meramente administrativa) que supere a divisão e o distanciamento entre dirigentes e dirigidos, intelectuais e massa, alicerçada no compromisso e na responsabilidade coletiva dos sujeitos conscientes de que “somente a união e a solidariedade

no trabalho coletivo em torno de um projeto político” pode garantir a liberdade individual na construção da liberdade de todos (SCHLESENER, 2019, p. 376).

Estas propostas não negam o ideário expresso nos escritos de Marx, mas o ampliam trazendo para o debate questões que nem poderiam ser levantadas por Marx na sua época, como a problemática da degradação do meio-ambiente, do aquecimento global e assim por diante. Porém, ao desvelar o cerne da estrutura capitalista na apropriação privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho e nos legar a sua obra, Marx nos deu as condições teóricas de analisar o contexto atual do capitalismo, na sua violência sempre ampliada, nas suas formas econômico-corporativas, na desproporcional concentração de renda e na degradação do planeta, que colocam em risco a vida da humanidade. Hoje, mais do que nunca, os proletários não tem nada a perder, senão os seus grilhões (MARX e ENGELS, 1978). A solidariedade apresenta-se como a força de resistência que une e organiza, mostrando que, ante a barbárie que se expande, um novo mundo é possível.

Conclusões

Entendemos que os temas aqui levantados são abrangentes, de modo que fizemos aqui uma abordagem introdutória: apenas o item 1 – Neoliberalismo e barbárie, poderia preencher o trabalho de um livro. Tentamos abordar uma outra questão que consideramos fundamental que é o intenso trabalho de organização política do movimento camponês na América Latina, movimentos sociais do campo que parecem tomar o lugar da classe operária, agora fragmentada e tendo que enfrentar de outras formas as imposições do neoliberalismo. O movimento camponês, por sua vez, se organizou e se fortaleceu nas duas últimas décadas, mostrando ao mundo que é possível enfrentar a crise alimentar mundial com uma agricultura alternativa e contraposta ao projeto de monocultura para as demandas internacionais.

Importante frisar que os movimentos sociais organizados sob a orientação da Via Campesina conseguem consolidar a união entre os grupos e instaurar a vivência da solidariedade enquanto participação e ajuda mútua, como forma de resistência ao individualismo neoliberal.

Esta nova proposta de agricultura alternativa e de solidariedade baseada na formação de uma vontade coletiva traduz-se em uma nova forma de educação para a vida, movida pelo sonho de uma sociedade mais livre e humana. São movimentos sociais que nos mostram que, se a vida é movimento contínuo, a barbárie pode ser superada, mesmo que para isso se precise de muitas gerações.

O grande desafio para as instituições educativas e para os movimentos sociais na sua luta e resistência consiste em buscar a compreensão do todo para criar condições de um pensamento e um modo de vida críticos para as novas gerações. Os movimentos sociais organizados pelos povos da terra têm conseguido alcançar este objetivo, tanto na sua organização política quanto na sua experiência de educação escolar; para a escola pública em geral, no cenário que estamos vivendo neste início de século XXI, se trata de uma tarefa de Sísifo.

Referências:

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, IBGE, Censo Agro 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf - consultado em 08/04/2020.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas* (Profit over people). Bertrand Brasil, 2002.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESMARAIS, Annette Aurelie. *La via Campesina: La globalizzazione e il potere dei contadini*. Milano: Editoriale Jaca Book, 2009. Consultado em 17/04/2020. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=it&lr=&id=6_jZ0QvhdhwC&oi=fnd&pg=PA101&dq=A+Via+campesina&ots=n67m9K5pOL&sig=UMdhXlC0H21NzDuVVPU_YqLVj50&redir_esc=y#v=onepage&q=A%20Via%20campesina&f=false

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.

DIAS, Edmundo Fernandes. *História, trabalho e educação* (Entrevista). In: *Germinal, Marxismo e Educação em Debate*. Vol 3, n. 2, p. 102-108, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *O MST no contexto da formação camponesa no Brasil*. In: *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Scritti giovanili (1914-1918)*. Torino: Einaudi Editore, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. (Edizione critica dell Istituto Gramsci, a cura di

- Valentino Gerratana). Torino: Einaudi, 1978, 4 v.
- LOSURDO, Domenico. *A luta de classes: uma história política e filosófica*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LOUREIRO, Isabel. *Socialismo ou Barbárie*. Revista Jacobin Brasil. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/01/socialismo-ou-barbarie/> Acesso em 29/03/2020.
- LÖWY, Michael. Entrevista. In: LOUREIRO, Isabel (Org.) *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: Instituto rosa Luxemburg Stiftung, 2009.
- LÖWY, Michael. *Negatividade e utopia do movimento altermundista*. In: Lutas Sociais, n. 19/20, 2008, pp. 32-38.
- LUXEMBURG, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. São Paulo, Kairós, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital* (L 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto comunista de Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins fontes, 1976.
- MORDENTI, Raul. *Gramsci e la rivoluzione italiana*. Roma: Riuniti, 2007.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Educação repressiva: as várias faces da repressão na formação da sociedade*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019.
- SCHLESENER, Anita Helena. “Esta mesa redonda é quadrada”: notas sobre gestão democrática a partir dos escritos de Antonio Gramsci. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 362-376, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de tecer algumas considerações sobre a luta de classes num momento de crise econômica mundial e de crise orgânica de hegemonia. Faz observações sobre o neoliberalismo e a possibilidade concreta de barbárie. Salienta a importância dos movimentos sociais do campo na luta por um novo mundo possível, a ser construído no interior da sociedade que morre. Acentua o significado e a importância da solidariedade e das experiências coletivas como formas de resistência ao capitalismo. Finalmente faz algumas observações sobre educação.

Palavras-chave: política, educação, solidariedade, resistência social.

Abstract: This article aims to weave some considerations about on the class struggle at a time of world economic crisis and hegemony organic crisis. It makes observations about neoliberalism and the concrete possibility of barbarism. Stresses the importance of rural social movements in the struggle for a new possible world, to be built within the society that is dying. It stresses the meaning and importance of solidarity and collective experiences as forms of resistance to capitalism. Finally, it makes some observations about education.

Keywords: politics, education, solidarity, social resistance.

* Artigo recebido em 24/08/2020.

* Artigo aceito em 30/09/2020.